

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.536 - RJ (2019/0298643-2)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : ANA CARLA DE SOUZA CORREA  
**ADVOGADO** : ANA CARLA DE SOUZA CORREA - RJ159171  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : EDUARDO LUIZ CORDEIRO DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de EDUARDO LUIZ CORDEIRO DOS SANTOS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0025782-43.2019.8.19.0000).

Na presente impetração, a defesa reitera os argumentos tecidos na origem, quais sejam, de ausência dos requisitos legais da prisão preventiva e de excesso de prazo para a formação de culpa, destacando a presença de condições subjetivas favoráveis e da possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação do decreto de prisão preventiva, ou seu relaxamento, com expedição de alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

Extraí-se dos autos que foi negado seguimento ao *habeas corpus* originário, em decisão monocrática, por ausência de juntada aos autos, pela defesa, dos documentos comprobatórios do direito alegado, mesmo instada a fazê-lo pelo Relator, inclusive com sucessivos pedidos da Procuradoria-Geral de Justiça, depois sendo anexada equivocadamente uma decisão referente a outro processo (e-STJ fls. 22/24).

Tem-se que, na presente impetração, a defesa tampouco juntou aos autos os documentos necessários ao deslinde da controvérsia, tal como o

# *Superior Tribunal de Justiça*

decreto prisional. Contudo, mesmo que o houvesse feito, o exame das questões suscitadas não poderia ser realizado por este Superior Tribunal, já que não foram analisadas pelo Tribunal de origem no ato apontado como coator, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Desse modo, incumbe à defesa protocolar pedido de reconsideração no Tribunal de origem, desta vez com os documentos necessários exigidos, ou então interpor agravo regimental, a fim de submeter a apreciação da matéria ao colegiado daquela Corte, para apenas assim inaugurar a competência do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **nego seguimento** ao presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator